MULHERES NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ: TRAJETÓRIA, DISTRIBUIÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS.

MARIA ADRIANA FREIRE RIBEIRO- 2 SGT QPBM
TITULAÇÃO: MESTRE EM CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
AFILIAÇÃO: INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA DO PARÁ (IESP)
LINK CURRÍCULO LATTES: HTTP://LATTES.CNPQ.BR/4336981989775205

ARINILSON DOS SANTOS NASCIMENTO - 3 SGT QPBM
TITULAÇÃO: ESPECIALISTA EM SEGURANÇA PÚBLICA PELO INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA DO PARÁ (IESP)
AFILIAÇÃO: INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA DO PARÁ (IESP)
LINK CURRÍCULO LATTES: HTTP://LATTES.CNPQ.BR/3435752933753111

AURELIANA DE BRITO MATOSO - 3 SGT QPBM
TITULAÇÃO: ESPECIALISTA EM SEGURANÇA PÚBLICA E DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR PELO INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA DO PARÁ (IESP) E GESTÃO DOCUMENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELA UNYLEYA
AFILIAÇÃO: INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA DO PARÁ (IESP)
LINK CURRÍCULO LATTES: HTTP://LATTES.CNPQ.BR/2567624673263377

RESUMO

A participação das mulheres no Corpo de Bombeiros Militar do Pará é marcada por desafios institucionais e culturais em um ambiente historicamente masculino. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de documentar essa trajetória, identificando marcos históricos, espaços ocupados e conquistas alcançadas ao longo do tempo. O objetivo foi analisar a atual distribuição das mulheres nos diferentes postos, graduações e unidades da corporação. Trata-se de uma pesquisa descritivo-documental, com abordagem quali-quantitativa. Os resultados evidenciam avanços significativos desde o ingresso das primeiras mulheres, em 1994, com destaque para promoções, desempenho em cursos, atuação operacional e conquistas institucionais, como a Portaria nº 508/2018, que regulamenta a rotina laboral de gestantes e lactantes; a criação da Sala de Apoio à Amamentação (2023); da Sala da Mulher Militar (2024); e a promulgação da Lei nº 10.979/2025, que institui o Dia da Bombeira Militar Paraense, celebrado em 1º de fevereiro. Do efetivo atual de 2.686 militares da ativa, 329 (12,25 %) são mulheres, sendo 26 oficiais e 303 praças. Dessas, 116 (52,73 %) atuam em unidades operacionais e 104 (47,27 %) em unidades administrativas, principalmente nos municípios de Belém e Ananindeua (PA). Apesar dos progressos, persistem desigualdades estruturais. O estudo propõe, portanto, uma reflexão crítica e a formulação de estratégias que promovam a equidade de gênero no ambiente militar.

Palavras-chave: Bombeira Militar; Mulher Militar; Trajetória das Mulheres; História.

ABSTRACT

The participation of women in the Pará Military Fire Department is marked by institutional and cultural challenges within a historically male-dominated environment. This research is justified by the need to document this trajectory, identifying historical milestones, occupied positions, and achievements over time. The objective was to analyze the current distribution of women across different ranks and units within the corporation. This is a descriptive-documentary study with a qualitative-quantitative approach. The results reveal significant progress since the admission of the first female firefighters in 1994, with highlights including promotions, performance in training programs, operational roles, and institutional achievements such as Ordinance No. 508/2018, which regulates the work routine of pregnant and breastfeeding personnel; the creation of the Breastfeeding Support Room (2023), the Women's Military Room (2024); and the enactment of Law No. 10,979/2025, which establishes February 1st as Pará Women Firefighter Day. Of the current active-duty force of 2,686 service members, 329 (12.25%) are women, including 26 officers and 303 enlisted personnel. Among them, 116 (52.73%) serve in operational units, and 104 (47.27%) in administrative units, mainly located in the municipalities of Belém and Ananindeua, Pará. Despite the progress made, structural inequalities persist. Therefore, the study proposes a critical reflection and the development of strategies to promote gender equity within the military environment.

Keywords: Female Firefighter; Women in the Military; Women's Trajectory; History.

1. INTRODUÇÃO

A atuação das mulheres nas forças militares tem se intensificado nas últimas décadas, como reflexo das transformações sociais e políticas em torno da equidade de gênero. Esse processo tem sido impulsionado por diversos fatores, como as lutas feministas, a redemocratização do país, a reconfiguração das instituições militares para um perfil pós-moderno e as políticas públicas voltadas à igualdade de gênero, que favorecem a inserção feminina em funções de combate (Oliveira et al., 2021).

No estado do Pará, a participação feminina nas forças militares estaduais teve início na Polícia Militar, com a promulgação do Decreto Estadual nº 2.030, de 15 de dezembro de 1981 (Leite et al., 2018). No Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA) a autorização formal para o ingresso das mulheres foi concedida em 1985, por meio do Artigo 33 do Decreto nº 3.768, alinhando-se às diretrizes nacionais de modernização e inclusão nas forças militares estaduais. Em 1989, a Constituição do Estado do Pará, em seu artigo 22 das Disposições Transitórias, reforçou esse processo de inclusão feminina no CBMPA (Menezes, 2007).

A admissão efetiva das mulheres no CBMPA ocorreu em 01 de fevereiro de 1994, com o ingresso no Curso de Formação de Cabos (CFC) Auxiliares de Enfermagem. Para compreender esse processo de inclusão, é necessário considerar a estrutura hierárquica das instituições militares brasileiras, composta, basicamente, por dois grandes grupos: oficiais e praças. De acordo com a Lei Estadual nº 5.251/1985, alterado pela Lei n° 9.387/2021, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Pará, os oficiais são preparados, ao longo da carreira, para o exercício de funções de comando, chefia e direção nas Organizações Policiais-Militares, ocupando os postos de tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel. As praças, por sua vez, compreendem subtenente e sargento, que auxiliam ou complementam as atividades dos oficiais no adestramento, e cabos e soldados, responsáveis, essencialmente, pela execução das tarefas operacionais. Há, ainda, as praças especiais, categoria que inclui aspirantes a oficial, alunos oficiais e alunos em formação de oficiais e praças (Pará, 2021).

A trajetória das bombeiras militares revela aspectos essenciais sobre as dinâmicas de inclusão e permanência em espaços tradicionalmente ocupados por homens. Reconhecer a importância dessas conquistas e refletir, na atualidade, sobre os avanços na integração das mulheres ao efetivo do CBMPA é fundamental para compreender as transformações internas da corporação. Entretanto, apesar da relevância do tema, observa-se uma escassez de pesquisas científicas que abordem, de forma sistemática, o papel da mulher no CBMPA, sobretudo no que tange à sua trajetória histórica, conquistas institucionais, desafios enfrentados e distribuição atual nos diferentes postos, graduações e unidades.

Até o momento, apenas a obra de José Menezes, intitulada “O Corpo de Bombeiros no Pará” (Menezes, 2007), trata do ingresso das primeiras mulheres na corporação, tanto no quadro de oficiais quanto de praças, configurando um marco histórico relevante. Desde então, há uma lacuna de informações que atualizem ou aprofundem esse debate, tam-

pouco há ampla disponibilidade de dados institucionais sobre adaptações internas, políticas de igualdade de gênero e presença feminina na corporação.

Nesse contexto, este artigo justifica-se pela necessidade de evidenciar a ascensão da mulher na carreira militar dentro do CBMPA, contribuindo para o preenchimento dessa lacuna científica e institucional. A questão norteadora que orienta esta investigação é: Como se deu a trajetória de ingresso e permanência das mulheres no CBMPA e qual é a sua distribuição atual nos diferentes postos, graduações e unidades da corporação?

Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo analisar a trajetória histórica das mulheres, bem como sua distribuição atual nos diferentes postos, graduações e distribuição nas unidades da corporação.

2. REVISÃO DE LITERATURA

No Brasil, os Corpos de Bombeiros Militares, assim como as Polícias Militares, estaduais e do Distrito Federal, integram as forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro, embora estejam subordinados aos respectivos governadores estaduais e do Distrito Federal (BRASIL, 1988).

O CBMPA teve origem a partir de uma companhia que foi desvinculada à Polícia Militar, sendo criada por meio de Portaria Provincial de 24 de novembro de 1882, com a finalidade de atuar na extinção de incêndios (Menezes, 2007). O primeiro comandante da corporação foi o então Capitão BM Antônio Veríssimo Ivo de Abreu, sendo essa data considerada como “Dia do Bombeiro Paraense” (CBMPA, 2025). Nove anos após a sua criação, em 1891, a Companhia de Bombeiros foi elevada à categoria de Corpo por meio do Decreto n.º 355 do terceiro governador da Província (Menezes, 2007).

Atualmente, o CBMPA está vinculado operacionalmente à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) e subordina-se administrativamente ao Governador do Estado (Pará, 2021).

A inclusão de mulheres no CBMPA teve início em 1994, com a admissão de vinte praças no CFC de Auxiliares de Enfermagem e duas oficiais na área da saúde, refletindo a associação inicial da presença feminina às funções assistenciais. O ingresso nas atividades operacionais começou em 1997, com o ingresso de mulheres no Curso de Formação de Oficiais (CFO), com a formação das três primeiras oficiais combatentes em 1999. Esse processo se consolidou em 2007, com a admissão de mulheres no Curso de Formação de Soldados (CFSD); no ano seguinte, sessenta e nove mulheres concluíram o curso, passando a ocupar, pela primeira vez em maior número, funções de linha de frente na corporação (Menezes, 2007).

A inserção das mulheres nas corporações militares brasileiras tem sido objeto de estudo nas últimas décadas, principalmente sob as perspectivas de gênero, poder institucional e relações sociais. Segundo Silva (2018), embora o ingresso feminino nas instituições militares esteja formalmente regulamentado por leis e concursos públicos, persistem barreiras simbólicas e práticas relativas à aceitação, à ascensão hierárquica e à ocupação de funções operacionais.

A admissão de mulheres em um ambiente historicamente masculino também evidenciou problemas estruturais, como a ausência de instalações adequadas,

como alojamentos e banheiros, para a condição feminina, além da persistência da linguagem masculina nas denominações de postos e graduações (Menezes, 2007).

Compreender a trajetória histórica das mulheres no CBMPA exige, portanto, uma abordagem que una elementos históricos, marcos legais e análises sociológicas, com o intuito de resgatar a memória institucional e examinar criticamente as dinâmicas de poder que moldam essa participação.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza como descritiva-documental, com abordagem quali-quantitativa, visando ao alcance dos objetivos propostos. A análise qualitativa concentrou-se na compreensão das motivações, significados e práticas relevantes, sem atribuição de valores numéricos. Já a abordagem quantitativa envolveu a mensuração de dados e indicadores, com base na análise estatística das informações coletadas (Santos, 2022). No que se refere à pesquisa histórica a coleta de dados se baseou em levantamento documental, incluindo legislações, livros, artigos institucionais e boletins gerais do CBMPA.

Para subsidiar a discussão da evolução histórica da mulher militar, foram consultados artigos científicos utilizando as palavras-chave: “Bombeira Militar”, “Mulher Militar”, “Trajetória das Mulheres” e “História”. As buscas foram realizadas em bases de dados eletrônicas, como a SciELO, LILACS e o Google Acadêmico, com ênfase em publicações em língua portuguesa.

Na aplicação do método quantitativo, foram utilizados dados extraídos do almanaque do CBMPA, disponível no Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA), acessível mediante login individual no site institucional. O referido almanaque registrava, em 21 de julho de 2025, um total de 2.686 militares da ativa, dos quais 329 são mulheres. Esses dados foram organizados por postos, graduações e unidades, tanto administrativas (como DP, DST, DEI, entre outras), quanto operacionais (como os grupamentos GBM, GBS, GMAF, GPA e GSE, considerados operacionais), analisados por meio de gráficos, tabelas e figuras elaboradas no *software Microsoft Excel*.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO CBMPA

A análise dos marcos cronológicos evidencia uma trajetória de avanços significativos, ainda que gradualmente conquistados, tanto na inserção quanto na consolidação da presença feminina no CBMPA, conforme se observa no Quadro 1. Desde o ingresso das primeiras mulheres, verifica-se um processo contínuo de quebra de barreiras institucionais, culturais e operacionais, que se traduz em conquistas simbólicas e concretas ao longo do tempo.

Quadro 1 - Marcos históricos da trajetória das mulheres no CBMPA, desde 1994 até o ano de 2025.

ANO	EVENTO	DETALHES/ OUTRAS INFORMAÇÕES
1994	Primeiras praças do Quadro de Saúde	CFC Auxiliares de Saúde com 20 mulheres (Portaria nº 039/1994, a contar de 01/02/1994).
1994	Primeiras oficiais do Quadro de Saúde.	Liliany Mara Rodrigues (Médica) e Sílvia do Socorro Brito (Dentista) ingressam como 1º Tenentes em (Decreto nº 2.363/1994 de 11 de março de 1994).
1997	Primeira no Curso de Salvamento em Altura.	Cb Bm Eronildes dos Santos Souza foi primeira a concluir um curso operacional na área de salvamento. BG de matricula n° 082, de 05/05/1997.
1997	Primeiras no CFO Combatente.	Adalmilena Café Duarte, Adriana Melendez Alves, Alessandra de Fátima Vasconcelos Pinheiro e Samara Cristina Vieira Romariz ingressaram no CFO Combatente.
1999	Primeiras Oficiais Combatentes	Adalmilena Café Duarte, Alessandra de Fátima Vasconcelos Pinheiro e Samara Cristina Vieira Romariz concluíram o CFO.
2000	Primeiras 3º Sargento do Quadro de Saúde.	Eronildes dos Santos Souza, Geruza Teixeira Pinto, Francisca do Couto Lima e Miréia de Lacerda Cafezakis concluíram o CFS.
2007	Primeiras no CFSD Combatente.	69 mulheres concluíram o CFSD em 2008.
2007	Primeira a comandar uma Unidade Operacional.	Samara Cristina Romariz assumiu o comando do 11º Subgrupamento Bombeiro Militar em janeiro de 2007 e, posteriormente, do 1º Grupamento de Busca e Salvamento, em 2021.
2008	Primeira mergulhadora.	2º Ten Bm Daniela Tavares Gomes da Silva concluiu o Curso de Mergulho Autônomo realizado no estado do Amapá. BG Nº 180, de 15/10/2009.
2010	Primeira a obter 1º lugar geral no CFSD.	Helen Favacho Melo foi destaque no CFSD concluído em 2010.
2011	Primeira a obter 1º lugar geral no CFO.	Renata Aviz Batista foi destaque no CFO concluído em 2011.
2011	Primeira vistoriante técnica.	Sd Bm Maria Adriana Freire Ribeiro concluiu o Curso de Vistoria Técnica - CVT/2011.

2022	Primeira Coronel.	Sílvia do Socorro de Souza Cruz promovida a Cel QOSBM.
2012	Primeira no CHO do quadro administrativo.	Miréia de Lacerda Cafezakis, em 2013 foi promovida a 2º TEN QOA, com a conclusão do CHO.
2014	Primeira combatente em incêndio florestal.	Sd Bm Renata Helena Gonçalves Martins Marco concluiu o Curso de Combate a Incêndio na Floresta Amazônica - CCIFA/2014.
2015	Primeiras Cabos Combatentes.	Helen Favacho Melo, Leonora Penna Baia, Maria Adriana Freire Ribeiro e Maria de Fátima Dias de Almeida concluíram o CFC combatentes que iniciou em 2014.
2018	Normativa sobre rotina laboral para gestantes e lactantes	Portaria nº 508/2018 (BG nº 131, de 23/07/2018), revogada pela Portaria nº 750/2020 (DOE nº 34.396, de 06/11/2020), atualmente em vigor.
2019	Primeira mulher trans.	Paula Fernanda Corrêa Lima.
2022	Primeiras Coronéis Combatentes.	Samara Cristina Romariz de Carvalho e Vivian Rosa Leite promovidas a Cel QOBM.
2022	Primeiras condutoras e operadoras de viatura operacional.	Carolina Falcão Carriço e Daniela Raiol de Almeida (BG nº 121/2022).
2023	Sala de Apoio à Amamentação.	Visa proporcionar mais conforto às mães bombeiras durante a amamentação, oferecendo um ambiente reservado e tranquilo onde elas possam amamentar com privacidade e, ainda, coletar o leite excedente para doação.
2024	Primeira guarda-vida.	Ana Luiza Costa Lobo concluir o curso de guarda-vidas
2024	Sala da Mulher Militar.	Projeto que institui um espaço institucional com o objetivo de oferecer apoio especializado às bombeiras e colaboradoras militares que vivenciem situações de violência, assédio ou discriminação no ambiente de trabalho.
2025	Instituído o “Dia da Bombeira Militar Paraense” em 01 de fevereiro.	Lei nº 10.979, de 19 maio de 2025, publicada no DOE nº 36.231 de 19/05/2025.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

No Quadro 1, nota-se o primeiro grande marco ocorreu em 1994, com a admissão de 20 mulheres no CFC Auxiliares de Enfermagem e o ingresso das duas oficiais da área da saúde. Em 1997, houve um avanço significativo com o ingresso das primeiras mulheres no CFO Combatente, cuja conclusão, em 1999, resultou na formatura das três primeiras oficiais combatentes. Essa mudança estrutural foi reforçada em 2007, com o ingresso de mulheres no CFSD, das quais 69 concluíram o curso em 2008, tornando-se as primeiras soldados combatentes do CBMPA.

Além da expansão numérica, os dados evidenciam conquistas qualitativas. Em janeiro de 2007, a Capitã BM Samara se tornou a primeira mulher a comandar uma unidade operacional, ao assumir o 11º Subgrupamento BM, sediado no Quartel do Comando Geral (QCG), em Belém. Em 2021, já no posto de Tenente-Coronel, tornou-se a primeira oficial a comandar o 1º Grupamento de Busca e Salvamento (1º GBS), em Belém, demonstrando a confiança institucional em sua trajetória e competências.

O processo de ascensão na carreira também é evidente: em 2012, a Cel QOS-BM Silvia tornou-se a primeira mulher a alcançar o posto de Coronel. Já em 2022, foram promovidas as primeiras coronéis do quadro de oficiais combatentes, em 2012, uma mulher ingressou pela primeira vez no Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), sendo promovida a 1º Tenente do Quadro de Oficiais Administrativos (QOA) no ano seguinte, consolidando uma trajetória marcada por superação, dedicação e fortalecimento da presença feminina na corporação.

Conquistas simbólicas reforçaram essa ascensão: o primeiro lugar geral nos cursos de formação passou a ser alcançado por mulheres, tanto no CFSD em 2010, quanto no CFO em 2011, sinalizando o reconhecimento institucional do mérito técnico-profissional das bombeiras militares.

Outros marcos importantes incluem: a primeira mulher a concluir o curso de salvamento em altura (1997); a conclusão do Curso de Mergulho Autônomo, realizado no estado do Amapá (2008); do Curso de Vistoria Técnica (2011); do Curso de Combate a Incêndio na Floresta Amazônica (2014); do CFC Combatentes (2015); do Curso de Condutora e Operadora de Viaturas de Grande Porte (2022); e, mais recentemente, do Curso de Guarda-Vidas (2024). Tais conquistas são relevantes não apenas por seu caráter pioneiro, mas por evidenciarem a superação de estigmas associados à suposta fragilidade feminina em ambientes operacionais extremos.

Destaca-se no Quadro 1, o reconhecimento da primeira mulher trans na corporação, em 2019, apontando para uma abertura ainda incipiente, mas significativa, em direção à diversidade de gênero e identidade.

O CBMPA tem avançado na promoção da equidade de gênero por meio de ações institucionais voltadas ao acolhimento e à valorização das mulheres. Em 2018, a Portaria nº 508, de 18 de julho de 2018, publicada no Boletim Geral nº 131, de 23 de julho de 2018, regulamentou a rotina laboral de gestantes e lactantes. Posteriormente, essa norma foi revogada pela Portaria nº 750, de 3 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.396, de 6 de novembro de 2020, que encontra-se vigente, reafirmando o reconhecimento das especificidades do corpo feminino no ambiente militar. Em 2023, foi criada a Sala de Apoio à Amamentação, oferecendo um espaço

reservado para o aleitamento e a coleta de leite para doação. No ano seguinte, a Sala da Mulher Militar passou a oferecer apoio especializado a bombeiras e colaboradoras em situações de violência, assédio ou discriminação. Em 2025, a Lei nº 10.979 instituiu o Dia da Bombeira Militar Paraense, celebrado em 1º de fevereiro, reforçando o reconhecimento histórico e institucional da participação feminina na corporação.

De modo geral, no Quadro 1, observa-se que a trajetória das mulheres no CBMPA revela um processo de inserção pautado por resistência, resiliência e competência. Embora os avanços sejam significativos, persistem desafios estruturais e simbólicos, como a sub-representação em determinados cargos e a naturalização de papéis de gênero. Nesse sentido, os resultados apontam para a necessidade de políticas contínuas de valorização, formação e promoção das mulheres, com vistas a consolidar uma cultura institucional verdadeiramente inclusiva e equitativa.

4.2. PANORAMA ATUAL DO EFETIVO FEMININO NO CBMPA

Atualmente, o CBMPA possui um efetivo de 2.686 militares da ativa, entre oficiais (incluindo coronéis, tenente-coronéis, majores, capitães, tenentes e cadetes da Academia) e praças (subtenentes, sargentos, cabos, soldados e alunos do Curso de Formação de Praças). Deste total, apenas 329 são mulheres, o que representa 12,25 % do efetivo total, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1: Distribuição do efetivo da ativa do CBMPA por categoria, gênero e percentual de mulheres. Dados do Almanaque do CBMPA, em 21 de julho de 2025.

CATEGORIA	HOMENS	MULHERES	TOTAL	% DE MULHERES
OFICIAIS	228	26	254	10,24
PRAÇAS	2129	303	2.432	12,46
TOTAL GERAL	**2.357**	**329**	**2.689**	**12,25**

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Em comparação, segundo o estudo de Silva (2022) sobre o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná (CBMPR), a proporção de mulheres entre as praças era de apenas 6 %. Esse baixo percentual pode ser atribuído ao ingresso feminino bastante recente, a partir de 2005, o que coloca a presença de mulheres na corporação em aproximadamente 15 anos, muito inferior à tradição masculina que remonta a 1912 do CBMPR.

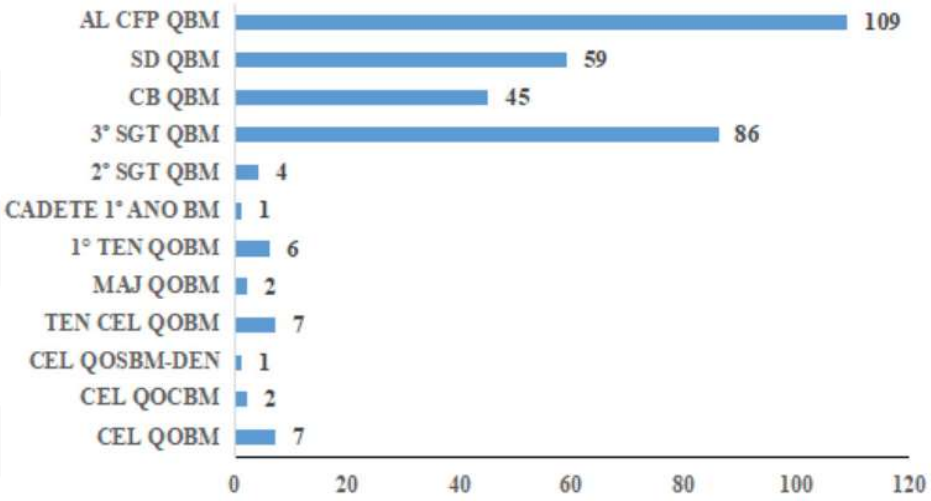
Também, de acordo com a Tabela 1, observa-se que, do total de 254 oficiais, 10,24% são mulheres. Já as 2.432 praças, 12,46% são do sexo feminino. Embora o percentual geral ainda esteja abaixo do ideal, ele representa um avanço expressivo em relação às décadas anteriores, nas quais a presença feminina era praticamente inexistente, sobretudo em funções de natureza operacional.

A figura 1 ilustra a participação feminina entre oficiais e praças. No quadro de oficial: 07 Coronéis em postos de alto comando, 07 Tenentes-Coronéis, sugerindo progressão na carreira, 02 Majores

reforçando participação em postos intermediárias e 06 Primeiros-Tenentes, mostrando uma base sólida entre os oficiais subalternos. Além disso, há o registro de uma cadete em formação, símbolo de continuidade e renovação na inserção feminina.

Quanto ao quadro das praças, nota-se maior concentração de mulheres nas graduações iniciais: 109 alunas em formação, 59 Soldados, 45 Cabos, 86 Terceiro-Sargentos e 04 Segundo-Sargentos. A expressiva presença de alunas no curso de formação resulta do maior concurso da história do CBMPA, realizado em 2024, a primeira turma iniciou em 2025, com previsão da entrada de mais quatro turmas.

Figura 1: Participação das mulheres nos postos do quadro de oficiais e nas graduações.
Dados do Almanaque do CBMPA, em 21 de julho de 2025.



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Não há, até o momento, registro de mulheres nas graduações de Primeiro-Sargento, Subtenente ou nos quadros técnicos e especializados. Essa ausência pode ser atribuída ao fato de que as primeiras praças femininas, que ingressaram na corporação em 1994, já estão na reserva remunerada.

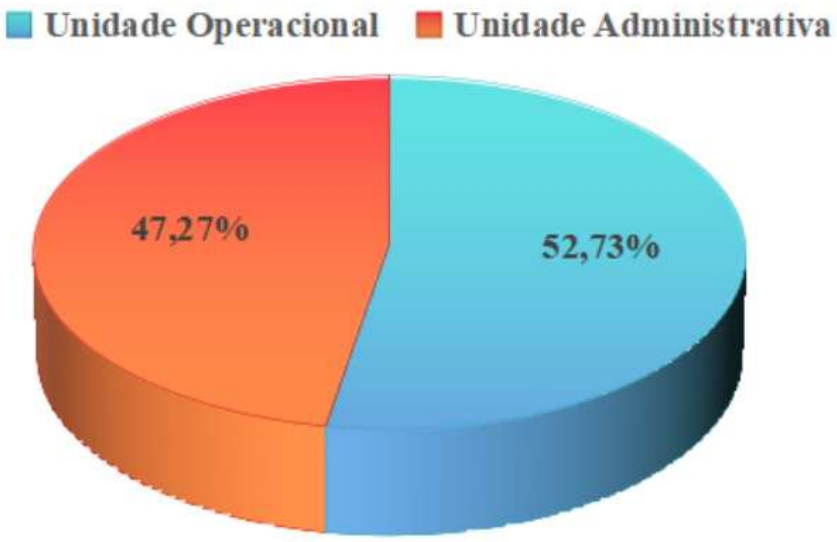
Esses números evidenciam uma sub-representação feminina, especialmente considerando o universo total da corporação, que permanece majoritariamente 0masculino. Embora os dados demonstrem que mulheres vêm superando barreiras institucionais e culturais, alcançando patentes elevadas, a maior concentração nas bases hierárquicas evidencia a necessidade de políticas institucionais mais eficazes de equidade de gênero.

Segundo Spaniol (2024), a participação feminina nas instituições militares de segurança pública ainda é muito baixa. Esse déficit reflete a prática de uso de cotas como limite máximo para ingresso de mulheres nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, que é de 12,8% em média no Brasil. Esse percentual deve aumentar à medida que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7479 a 7492, ajuizadas pela Procuradoria-Geral da República, que questionam legislações estaduais que impõem limites à participação de candidatas do sexo feminino. O estado do Pará, por exemplo, é alvo da ADI 748006.

4.3. DISTRIBUIÇÃO DE MULHERES EM UNIDADES ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

A figura 2 apresenta a distribuição das A figura 2 apresenta a distribuição das mulheres na estrutura do CBMPA, excluindo as alunas em formação. Verificou-se a presença feminina em 66 unidades da corporação, abrangendo tanto unidades administrativas quanto operacionais. Desse total, 116 mulheres, correspondendo a 52,73%, estão lotadas em unidades operacionais (grupamentos), enquanto 104 mulheres, equivalentes a 47,27%, atuam em unidades administrativas.

Figura 2: Distribuição de mulheres no CBMPA por unidades administrativa e operacional.
Dados do Almanaque do CBMPA, em 21 de julho de 2025.

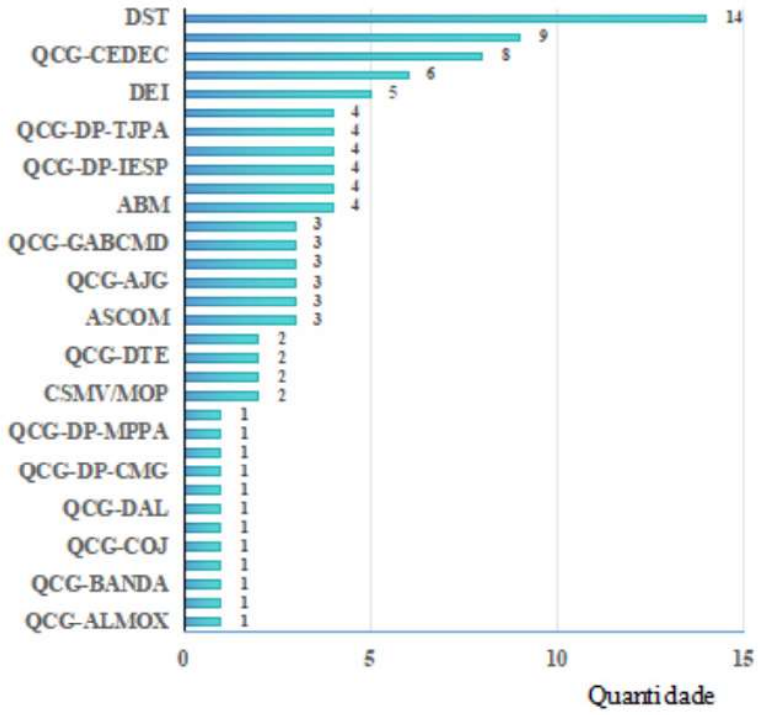


Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Na figura 3, observa-se que as 104 mulheres em unidades administrativas estão distribuídas em 33 unidades distintas. Dentre essas, 22 unidades contam com efetivo feminino entre 1 a 3 mulheres; outras 8 unidades concentram de 4 a 6 mulheres; e apenas 3 unidades registram um número mais expressivo, variando de 8 a 14 mulheres. Essas unidades são o QCG-CEDEC, com 8 mulheres; o QCG-DP, com 9; e a DST, com 14. Destaca-se que as unidades administrativas estão, em sua maioria, localizadas nos municípios de Belém e Ananindeua/PA.

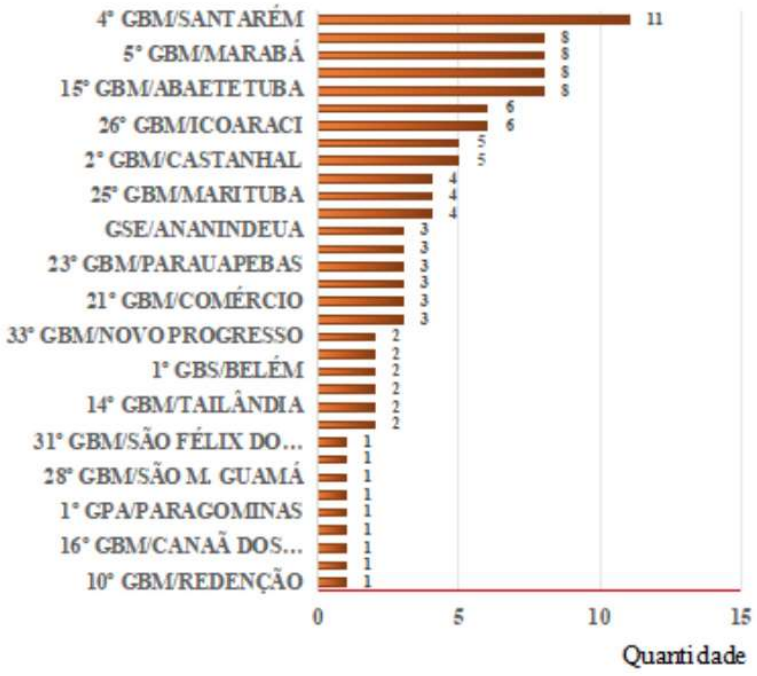
Na figura 4, as 116 mulheres distribuídas nas unidades operacionais também estão presentes em 33 grupamentos. Desses, 21 grupamentos possuem entre 1 a 3 mulheres; 7 concentram de 4 a 6 mulheres; e 5 unidades reúnem entre 8 a 11 mulheres, sendo elas: o 15º GBM, em Abaetetuba; o 9º GBM, em Capanema; o 5º GBM, em Marabá; o 6º GBM, em Barcarena; e o 4º GBM, em Santarém, esta última com o maior número, totalizando 11 mulheres.

Figura 3: Distribuição de Bombeiras em unidades administrativa. Dados do Almanaque do CBMPA, em 21 de julho de 2025.



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Figura 4: Distribuição de Bombeiras em unidades operacionais. Dados do Almanaque do CBMPA, em 21 de julho de 2025.



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A pesquisa mostra um cenário de equilA pesquisa mostra um cenário de equilíbrio e avanço: metade das mulheres atua nas unidades operacionais, metade nas administrativas. No entanto, a distribuição fragmentada, especialmente nas unidades com menos mulheres, indica a necessidade de fortalecer políticas institucionais que estimulem a inserção feminina em todas as frentes da corporação.

4.4. POLÍTICAS INTERNAS VOLTADAS ÀS MULHERES

Apesar de iniciativas relevantes já implementadas, como a Portaria nº 750/2020, que regulamenta a rotina laboral de gestantes e lactantes; a criação da Sala de Apoio à Amamentação (2023); da Sala da Mulher Militar (2024); e a promulgação da Lei nº 10.979/2025, que institui o Dia da Bombeira Militar Paraense, celebrado em 1º de fevereiro, ainda não há diretrizes específicas voltadas ao público feminino no Plano Estratégico do CBMPA 2022–2031. O Objetivo Estratégico OE3, que trata da promoção de melhores condições de trabalho, não contempla explicitamente políticas de equidade de gênero nem medidas direcionadas às demandas específicas das bombeiras militares, como infraestrutura adequada, apoio ampliado à maternidade ou condições de trabalho mais inclusivas.

De acordo com a Organização das Nações Unidas Mulheres (2020), a ausência de institucionalização dessas políticas revela um desalinhamento entre as práticas já adotadas e o planejamento estratégico das instituições. Essa lacuna evidencia um descompasso entre os avanços alcançados na prática, como a falta de políticas estruturadas que assegurem a permanência, a valorização e a equidade de forma contínua e planejada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória das mulheres no CBMPA reflete uma transformação histórica marcada por resiliência, superação e competência. Desde o ingresso das primeiras praças em 1994 até a conquista de postos elevados, como o de Coronel, observa-se um avanço gradual, porém consistente, rumo à equidade de gênero. Esse progresso institucional também se manifesta em iniciativas importantes, como a Portaria nº 750/2020, que regulamenta a rotina laboral de gestantes e lactantes; a criação da Sala de Apoio à Amamentação (2023); da Sala da Mulher Militar (2024); e a promulgação da Lei nº 10.979/2025, que institui o Dia da Bombeira Militar Paraense, celebrado em 1º de fevereiro.

Em relação ao efetivo atual de 2.686 militares da ativa, 329 (12,25 %) são mulheres, sendo 26 oficiais e 303 praças. Dentre essas, 116 (52,73 %) atuam em unidades operacionais e 104 (47,27 %) em unidades administrativas, majoritariamente nos municípios de Belém e Ananindeua/PA.

Apesar dos avanços concretos, persiste uma lacuna institucional relevante: o Plano Estratégico do CBMPA 2022–2031 ainda não contempla diretrizes específicas de gênero nem medidas direcionadas às necessidades das bombeiras militares. Torna-se, portanto, imprescindível promover políticas institucionais de longo prazo, com metas definidas, estrutura de governança, mecanismos de monitora-

mento contínuo e ações afirmativas que garantam o avanço da equidade de gênero, a valorização e a ascensão das mulheres em todas as áreas da corporação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CBMPA. **Sobre o CBMPA. 2025**. Disponível em: https://www.bombeiros.pa.gov.br/sobre/. Acesso em: 22 jul. 2025.

LEITE, Máurea Mendes; NUMMER, Fernanda Valli; CARDOSO, Luiz Fernando Cardoso. SOBRE AS PIONEIRAS: Gênero, trabalho e preconceito na Polícia Militar do Pará. **Revista da Pós-Grad. em Ciências Sociais**, UFRN, Natal, v. 19, n. 2, jul./dez. 2018.

MENEZES, José Pantoja de. **O Corpo de Bombeiros no Pará**. 2º Edição. Belém/Pa. 2007.

OLIVEIRA, Gisele Cristina Coelho de; ANTUNES, Cláudia Maria de Sousa; SILVA, Andréa Costa da. Mulher combatente: políticas de gênero na defesa. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 17, n. 33, p. 17-38, 2021.

ONU MULHERES. **Manual para instituições públicas com foco na igualdade de gênero**. Brasília: ONU Mulheres Brasil, 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/. Acesso em: 03 maio 2025.

PARÁ. Decreto Estadual n.º 355, de 16 de junho de 1891. In: MENEZES, José. **O Corpo de Bombeiros no Pará**. 2. ed. Belém: Delta Gráfica e Editora, 2007.

PARÁ. Decreto Estadual nº 3.768, de 15 de abril de 1985. In: MENEZES, José. **O Corpo de Bombeiros no Pará**. 2. ed. Belém: Delta Gráfica e Editora, 2007.

PARÁ. **Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021**. Altera a Lei nº 5.251, de 31 de julho de 1985, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Pará e dá outras providências.

PARÁ. Portaria provincial de 24 de novembro de 1882. In: MENEZES, José. **O Corpo de Bombeiros no Pará**. 2. ed. Belém: Delta Gráfica e Editora, 2007.

PARÁ. Secretaria Estadual de segurança Pública e defesa Social. Corpo de Bombeiros Militar do Pará. **Almanaque do Corpo de Bombeiros Militar do Pará**. Belém: Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA, 2025. Acesso mediante login institucional.

SANTOS, Felipe Haleyson Ribeiro dos; GUARIDO FILHO, Edson Ronaldo; MENEZES, Glauco Gomesde. Formação de Oficiais na Polícia Militar do Paraná: uma análise educacional. **Perspectivas em Diálogo,** Naviraí, v. 09, n. 19, p. 262-281, jan./abr., 2022.

SILVA, Fábio Adriano Soares da. Contexto histórico: a ascensão da mulher no corpo de bombeiros da Polícia Militar do Paraná. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação,** São Paulo, v. 8, n. 07, jul. 2022.

SILVA, Maria Aparecida da. A inserção feminina nas corporações militares estaduais: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 108-125, 2018.

SPANIOL, Marlene Inês. Diversidade de gênero nas instituições policiais: um olhar a partir do Raio-X das forças de segurança pública do Brasil. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Fonte Segura**, 6 mar. 2024. Disponível em: https://fontesegura.forumseguranca.org.br/diversidade-de-genero-nas-instituicoes-policiais-um-olhar-a-partir-do-raio-x-das-forcas-de-seguranca-publica-do-brasil/. Acesso em: 22 jul. 2025.